

Uma proposta de formação humana como campo de disputa pelo estado ampliado dentro do sistema capitalista: apontamentos gramscianos.

Eliesér Toretta Zen¹

Douglas Christian Ferrari de Mello²

RESUMO

Objetivamos analisar, a partir de estudos bibliográficos, as relações sociais capitalistas, Estado ampliado e formação humana a partir do pensamento de Antonio Gramsci. Fizemos um estudo bibliográfico a partir do referencial teórico de Gramsci e de seus principais intérpretes. O estudo revelou, que para Gramsci, o Estado não é visto como algo monolítico, sem contradições internas. As frações do bloco no poder estão presentes no Estado, nos seus aparelhos e órgãos e na definição de políticas. As contradições que os acompanham também se apresentam no Estado. Assim, o Estado é um campo de disputas entre as classes fundamentais pela conquista da hegemonia. A escola unitária, promovendo a formação humana onilateral é fundamental para as classes subalternas na construção da nova hegemonia e, por sua vez, de um projeto alternativo de sociedade e de educação. Na escola unitária se realizará a união entre trabalho intelectual e manual, teoria e prática, formação profissional e formação geral, o especialista e o político, preparando as classes subalternas para as funções de direção, de governante, de especialista e de direção política, colocando-as em condições de dispor do Estado a serviço do bem comum.

Palavras-chave: Gramsci. Estado ampliado. Formação humana.

1 Doutor em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES. Professor do Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Ensino de Humanidades do Instituto Federal do Espírito Santo-IFES. E-mail: elieserzen@hotmail.com

2 Doutor em Educação no Programa de Pós-graduação em Educação pela UFES. Professor adjunto do Departamento de Educação, Política e Sociedade, do Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo e coordenador do Núcleo de Acessibilidade da UFES (NAUFES). Coordenador do Grupo de Estudo e Pesquisa em Fundamentos da Educação Especial - GEPFEE/UFES e vice-coordenador do Grupo de Estudo e Pesquisa em Deficiência Visual e Cão-guia. E-mail: douglas.ufes@gmail.com

A proposal of human formation as a field of dispute for the enlarged state within the capitalist system: gramscian notes.

ABSTRACT

We aim to analyze, from bibliographical studies, the capitalist social relations, expanded State and human formation based on the thought of Antonio Gramsci. We outlined a bibliographical study based on Gramsci's theoretical background and his main interprets. The study disclosed that, for Gramsci, the State is not seen as something monolithic, without any internal contradictions, the fractions of the block in power are present in the State, in its apparatuses, organs and in the definition of policies. The contradictions that follow them also appear in the State. Thus, the State is a field of disputes between the fundamental classes for the conquest of hegemony. The unitary school, promoting the unilateral human formation, is fundamental for the subaltern classes in the construction of the new hegemony and, on the other hand, an alternative project of society and education. In the unitary school will happen the union between intellectual and manual labor, theory and practice, professional and general formation, the specialist and the political, preparing the subaltern classes for the functions of management, of governor, of specialist and of political direction, placing them in conditions of disposing the State and in order to common good.

Keywords: Gramsci. Expanded state. Human formation.

Una propuesta de formación humana como campo de disputa por el estado ampliado dentro del sistema capitalista: apuntes gramscianos.

RESUMEN

Objetivamos analizar, a partir de estudios bibliográficos, las relaciones sociales capitalistas, Estado ampliado y formación humana a partir del pensamiento de Antonio Gramsci. Hemos hecho un estudio bibliográfico a partir del referencial teórico de Gramsci y de sus principales intérpretes. El estudio reveló, que para Gramsci, el Estado no es visto como algo monolítico, sin contradicciones internas. Las fracciones del bloque en el poder están presentes en el Estado, en sus aparatos y órganos y en la definición de políticas. Las contradicciones que los acompañan también

se presentan en el Estado. Así, el Estado es un campo de disputas entre las clases fundamentales por la conquista de la hegemonía. La escuela unitaria, promoviendo la formación humana omnilateral es fundamental para las clases subalternas en la construcción de la nueva hegemonía y, a su vez, de un proyecto alternativo de sociedad y de educación. En la escuela unitaria se realizará la unión entre trabajo intelectual y manual, teoría y práctica, formación profesional y formación general, el especialista y el político, preparando las clases subalternas para las funciones de dirección, de gobernante, de especialista y de dirección política, colocando-las en condiciones de disponer del Estado al servicio del bien común.

Palabras clave: Gramsci. Estado ampliado. Formación humana.

INTRODUÇÃO

Nesse artigo, temos por objetivo, refletir, do ponto de vista teórico, de acordo com os pressupostos teóricos de Gramsci, as interfaces entre formação humana, Estado ampliado e as relações sociais capitalistas vigentes, pensando-as como um processo contraditório, por isso, sujeito a superação. Os questionamentos que nos move nesse artigo são: quais as potencialidades que as concepções de Estado ampliado e de formação humana, desenvolvidas por Gramsci e as possibilidades para a construção de novas relações sociais e pedagógicas que apontem para a construção de uma sociedade para além do capital, a sociedade socialista?

Que tipo de formação humana é necessária para a constituição de subjetividades não conformadas às relações sociais reificadas pela sociabilidade do capital? Se o Estado educa o educador, como a educação pode contribuir para a formação humana que busque contrapor as relações sociais capitalistas vigentes e conquiste uma nova hegemonia dentro do Estado, dispondo-o a serviço do bem comum de todos os trabalhadores?

Gramsci desenvolveu uma importante teoria educacional de dimensão política com base na ideia de escola unitária contra a crise pela qual passava a escola italiana após a quebra do modelo de educação jesuítica. Por isso, nesse artigo, defendemos é que dentro das correlações de forças que compõem o Estado ampliado (sociedade política + sociedade civil), a formação humana, com base em Gramsci, é fundamental

para construção da nova hegemonia e superação das relações sociais capitalistas.

Além da introdução e das considerações finais, este artigo está dividido em outras três partes. Na primeira, nos deteremos sobre a apresentação das relações sociais capitalistas tal qual nos apresenta atualmente. A segunda é dedicada à formulação sobre o Estado ampliado e os conceitos correlatos de sociedade civil, hegemonia, ideologia e relações de forças. Por fim, abordaremos sobre a formação humana e as implicações para construção da nova hegemonia e superação das relações sociais capitalistas.

Relações sociais capitalistas, Estado ampliado e formação humana.

Ao pensar as relações entre Estado ampliado e a formação humana em Gramsci se faz necessário a compreensão das relações sociais capitalistas e as implicações na formação humana. Portanto, se faz fundamental o conhecimento da crise civilizatória em que estamos imersos, das relações sociais capitalistas e das lutas que se travam no plano estrutural e conjuntural da sociedade. A crise civilizatória que vivemos decorre do sistema capital³ implantado em todo o mundo. Nesse sentido, como forma de materialização da dominação do capital as políticas neoliberais adotadas nos países periféricos, a partir da década de 1970, tiveram como pressuposto a redefinição do papel do Estado. Em sua vertente neoliberal o Estado aprofundou sua função de guardião do livre mercado, contribuindo para o fortalecimento do capital e a maximização do lucro das grandes corporações e enfraquecimento do Estado enquanto ente que deve servir aos interesses públicos.

Destarte, ganham força as medidas propostas como cortar e enxugar o máximo possível os gastos do Estado principalmente àqueles destinados às políticas públicas; controle da inflação por meio do au-

3 Mészáros na esteira do pensamento marxiano faz uma distinção entre capital e capitalismo que consideramos essencial para a compreensão dos determinantes causais da crise civilizatória que estamos vivendo. Assim, “capital é uma categoria histórica dinâmica e a força social a ela correspondente aparece – na forma de capital “monetário”, “mercantil”, etc. – vários séculos antes de a formação social do capitalismo enquanto tal emergir e se consolidar. De fato, Marx estava muito interessado em apreender as especificidades históricas das várias formas do capital e suas transições de uma a outra, até finalmente o capital industrial se tornar a força dominante do metabolismo socioeconômico e objetivamente definir a fase clássica da formação capitalista” (MÉSZÁROS, 2009, p.76).

mento das taxas de juros; privatização de todas as empresas estatais; abertura da economia ao capital transnacional e o desmonte dos direitos do trabalho conquistados pela luta das classes trabalhadoras. Nesse contexto, a totalidade da vida social se encontra danificada e alienada pelas relações mercantis. De acordo com Arruda (2009) o sistema global do capital está configurado da seguinte forma: o capital é o sujeito; os trabalhadores são os objetos; a competição, a dominação e a submissão são as formas predominantes de relação; a apropriação privada é a finalidade e a matriz da ação. Os resultados estruturais são a subordinação, a desigualdade, o desemprego e a exclusão; o Estado tem o papel de regular a “liberdade” do mercado e o capital privado, seja por manipulação ideológica, seja por coerção. Em síntese, o sistema mercantil dominante se fundamenta na concepção consumista, individualista e hedonista, reduzindo o ser humano e suas relações a meras mercadorias, ao fetiche e à alienação da vida humano social.

Dessa forma, um dos desafios que devemos enfrentar consiste em superar as estratégias de conformação da consciência aos valores apregoados pela ideologia neoliberal. Há uma disseminação, no seio das relações sociais, de uma ética hedonista, narcísica, que concebe o ser humano como um ser egoísta, individualista. Os valores apregoados pelo capitalismo no seio das relações sociais vêm comprometendo o reconhecimento e a afirmação de valores como democracia, igualdade e justiça, referenciais valorativos para um autêntico processo de formação humana. A sociabilidade do capital vem gerando a destruição da natureza; degradação do mundo do trabalho; a opressão, na vida social; a alienação, no universo cultural e existencial em todos os países e cidades onde impera o sistema mercantil. Instaura-se nas relações sociais e humanas um clima de injustiça social, individualismo, de competição, de violência e de alienação, produzindo um processo de exclusão de grande parcela da população das condições necessárias para uma existência humana digna.

Por certo, o primeiro aspecto a considerar dentro desse contexto do capitalismo neoliberal é a acumulação do capital. Por certo, o primeiro aspecto a considerar dentro desse contexto societal do capitalismo neoliberal é a acumulação e centralização do capital. Para o sistema capital, não são as necessidades humanas, individuais ou coletivas e, consequentemente, as pessoas, o que realmente importa e sim a maximização e concentração da riqueza produzida coletivamente nas mãos de

grupos e/ou corporações que dominam a economia, tanto internamente quanto externamente. Assim, de forma contraditória tem produzido riqueza e miséria, tais como, a brutal concentração de renda, desemprego estrutural, violência e o aumento da pobreza em escala planetária, onde milhões de seres humanos já não contam como pessoas, excluídos inclusive ao direito à vida. Harvey (2014) argumenta que o capital colonizou toda a Terra, tornando-se uma realidade mundial e onipresente em todos os países, o que representou transformações qualitativas nas relações entre capital e Estado. Essas mudanças se deram principalmente no que concerne ao impacto das novas tecnologias de base microeletrônica nos processos produtivos.

Desse modo, o capital reorganiza a gestão, o controle e a extração da “mais valia”, operando um desmonte dos direitos trabalhistas. Esse desmonte se manifesta na redução dos salários, flexibilização, terceirização, precarização e desemprego, o que no fundo tem impactado profundamente as condições de vida e trabalho das classes trabalhadoras. Nessa esteira, o sistema capital exige cada vez mais a desregulamentação e a liberalização financeira dos Estados e o desmonte da legislação trabalhista como formas de maximizar e concentrar seus lucros em escala global em tal magnitude que o fosso entre riqueza e pobreza tende a crescer no mundo (ANTUNES, 2010).

Por sua vez Chesnais (2003), Neves (2005) observam que a mundialização do capital se dá por meio do fenômeno da globalização em que o capital se internacionaliza, ou seja, se faz presente em todas as nações, por meio da implementação dos Estados nacionais de políticas de liberalização, desregulamentação e privatização, que a voracidade do capital onipresente exige, através de seus cartéis, oligopólios e monopólios, buscando cada vez mais a concentração e centralização dos lucros nas mãos de grandes corporações e empresas multinacionais. Assim, vivenciamos como partícipes, a degradação da vida humana em escala global de forma que as classes trabalhadoras retornam ao “estado de natureza”, decorrente da não satisfação de suas necessidades básicas, lançados em um mundo cão, nas diversas formas de precarização do trabalho e da vida, manifestas em sua miséria material e espiritual.

Em síntese, o capitalismo, além de atuar no plano social produzindo a precarização e a destruição dos direitos sociais dos trabalhadores, procura difundir uma ideologia que busca conformar no plano das

consciências, certos valores em que a eficácia e produtividade, são os únicos critérios válidos. As mudanças colocadas em prática pela terceira revolução industrial tem provocado uma reestruturação da produção e uma captura da subjetividade (ALVES, 2011) do trabalhador pelo sistema. Por meio dessa ideologia os valores fetiche de produtividade e eficácia se deslocam do chão da fábrica, do local de trabalho, da empresa e se disseminam para as relações sociais, afetando inclusive as relações humanas em sua totalidade. Nesse sentido, devemos questionar as ações que promovem a “degradação do homem em suas relações com a natureza, que reforce sua opressão pelas relações sociais, ou que consolide a alienação subjetiva” (SEVERINO, 2006, p.308) como tem sido colocado em prática pelas relações sociais capitalistas. Dessa forma, as dimensões individual e social do existir humano sinalizam para o mútuo pertencimento entre ética e política de tal forma que não existem valores individuais que não sejam também sociais. Essa relação dialética entre ética e política, individual e social, se fundamenta na própria dimensão mediadora de uma práxis educativa de formação humana, como um quefazer, uma práxis, que intenciona realizar a vocação ontológica do ser humano.

Estado ampliado e formação humana em Gramsci

assim, o entendimento do Estado ampliado é fundamental para compreender a dialética das contradições das relações sociais capitalistas. Segundo Schlesener (2009, p. 19), Gramsci estava convencido de que “[...] as mudanças na estrutura econômica de uma sociedade só alcançam uma expressão radical se acompanhadas por uma reforma intelectual que se traduza em uma nova concepção de mundo”. Em uma carta para a cunhada Tânia, em 1931, Gramsci expressa a vontade de “aprofundar o conceito de Estado” (GRAMSCI, 2005, p. 76). Nessa direção, nos *Cadernos*, afirma que o Estado encontra-se na superestrutura em relação dialética com a estrutura. Desse modo: “[...] seria possível dizer que o Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia coraçada de coerção” (GRAMSCI, 2004, p. 244).

Ao fazer essa modificação, como indica Mendonça, Gramsci “opera uma redefinição do construto e, ao fazê-lo, recria um conceito de Estado, que engloba tanto uma quanto a outra, em permanente interação e interconexão” (MENDONÇA, 2007, p. 6). Para Gramsci o Esta-

do “[...] tende a criar e a manter um certo tipo de civilização e de cidadão [...] tende a fazer desaparecer certos costumes e a difundir outros” (GRAMSCI, 2004, p.28). Ou seja, o Estado é “educador” no sentido de que exerce o controle social tanto pela dominação quanto pela direção, via consenso, da sociedade. O objetivo é adequar as camadas populares ao desenvolvimento do “aparelho econômico de produção”, tendo a escola como exemplo de mecanismo. Acrescenta que o Estado é destinado a expansão máxima do grupo dominante. Para isso,

[...] é concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à expansão máxima desse grupo, mas este desenvolvimento e esta expansão são concebidos e apresentados como a força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias “nacionais”; isto é, o grupo dominante é coordenado concretamente com os interesses gerais dos grupos subordinados e a vida estatal é concebida como uma contínua formação e superação dos equilíbrios instáveis (no âmbito da lei) entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados (GRAMSCI, 2004, p.41).

Desse modo, Gramsci entendia a sociedade civil como parte do Estado, como um conjunto de aparelhos privados de hegemonia (GRAMSCI, 2004). Como alternativa para a conquista do poder pelas classes subalternas era mais necessária à conquista da sociedade civil, por meio da construção de uma nova hegemonia e menos “tomar o Estado de assalto”. É na sociedade civil, também, que as relações de forças se configuram em disputa. Decerto, devemos partir da análise das relações de forças em uma determinada formação histórico-social para atuarmos em sua transformação, situando-se no problema da relação entre estrutura e superestrutura, de um lado, e na distinção entre movimentos orgânico e conjuntural dentro de uma estrutura, por outro. As relações de forças estão situadas em vários momentos ou em diferentes graus, conforme os escritos dos *Cadernos*. Para fins desse artigo, destacamos as relações de forças políticas, ou seja, “[...] a avaliação do grau de homogeneidade, de autoconsciência e de organização alcançado pelos vários grupos sociais” (GRAMSCI, 2003, p. 41). É o momento final do que ele chama, em outras partes, de momento catártico: a passagem de um momento elementar (egoísta, econômico e corporativo),

através de uma consciência dentro da unidade do grupo social (mas ainda econômico), até atingir o momento da superação do círculo econômico-corporativo com o ajuntamento de interesses de outros grupos aliados.

Assim, Gramsci entendia que a sociedade civil não pertence à estrutura, mas à superestrutura. Com efeito, a sociedade civil é lugar de socialização e integração social. Essa modificação levou Gramsci à ampliação do conceito marxista de Estado. Também é lugar de organização do Estado em sentido restrito, na medida em que o mesmo “[...] não poderia prevalecer sem a sustentação dos organismos que dão vida à sociedade civil no qual ele se inclui”. (FIGUEIREDO, 2010, p. 242). Ademais, o Estado é “polifônico”, visto que expressa, “[...] a correlação de forças contraditórias, estendendo-se para além dos limites da classe dominante, a partir da força e do consenso [...]” (DOURADO, 2011, p. 26), alicerçado na reciprocidade dialética da estrutura e da superestrutura. É na sociedade civil, por meio das “organizações privadas” que se exerce a hegemonia. São elas as responsáveis pela criação, organização e difusão das ideologias. No caso particular, a educação está vinculada ao Estado e à sociedade civil, pois “[...] oscila dependendo do grau de mobilização da sociedade civil e do poder do Estado” (LIMA, 2004, p. 21).

Segundo Garratama (1977 apud COUTINHO, 2011), Gramsci precisava de um conceito ampliado de Estado para “ampliar o papel político das massas” a fim de “conceber um processo de ampliação das democracias em conexão com o conceito de hegemonia”. Gramsci via que já ao final do século XIX, “[...] o Estado ganhou novos e complexos contornos, acompanhando as alterações sofridas pelo âmbito da produção material, que resultou em alterações substanciais nas relações de poder até então estabelecidas” (MARTINS, 2008, p. 177). Ao mesmo tempo Gramsci amplia o conceito de ideologia. O conceito ganha uma visão positiva: “[...] como a visão de mundo, mais ou menos coerente, da qual todo ser humano carece para viver na realidade” (FINELLI, 2003, p. 107). Ele a compreende, sobretudo, como uma realidade prática. O próprio consenso possui um substrato material. Assim, a ideologia é constituída, ao mesmo tempo, de práticas materiais (realidade concreta) e sistemas de representações, que preenchem uma função muito importante: “[...] a de cimentar a unidade de uma formação social (sob a égide da classe dominante)” (POULANTZAS, 2000, p. 86).

Posto isso, pela própria concepção de mundo, formamos um determinado grupo que compartilha modos de pensar, viver e agir. Por vezes, podemos escolher outra concepção de mundo (mesmo que embrionária) que não aquela pertencente ao nosso grupo, tomá-la emprestada, afirmá-la com palavras e atos, acreditar nela segui-la, mas não de forma independente e autônoma. Nesse sentido, a escolha de uma concepção de mundo é um ato político que visa construir uma hegemonia. Assim, segundo Mochcovitch: “[...] hegemonia é o conjunto das funções de domínio e direção exercidos por uma classe social dominante, no decurso de um período histórico, sobre outra classe social ou até sobre o conjunto das classes da sociedade” (MOCHCOVITCH, 2001, p. 20). Nesse aspecto, a ideologia funciona como fator de aglutinação de várias articulações sob o comando de um grupo hegemônico, que transforma os seus interesses em interesses universais. Por isso, de acordo Simionatto (1997) e Semeraro (2001), para Gramsci o conceito de hegemonia vai além da questão meramente da prática política, mas também ganhando contornos de progresso filosófico e cultural sob novas dimensões gnológicas e científicas.

Na formação da hegemonia é necessário que seja construído um equilíbrio entre consenso e coerção. Por exemplo, quando um Estado baseia seu domínio somente na coerção, ele seria apenas “uma ditadura sem hegemonia”. Portanto, sem dúvida, a hegemonia está ligada ao momento do consenso (COUTINHO, 2003). O consenso seria a capacidade do grupo dirigente de transformar os interesses particulares em interesses gerais e universais. O Estado pede e obtém o consenso “[...] através das atividades e iniciativas de uma ampla rede de organizações culturais, movimentos políticos e instituições educacionais que definem sua concepção de mundo e seus valores capilarmente pela sociedade” (BUTTGIEG, 2003, p. 43).

O consenso pressupõe como afirma Gramsci, “[...] que sejam levados em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida”, isto é, que o grupo dirigente faça *sacrifícios* de ordem econômico-corporativa” (GRAMSCI, 2004, p. 48). Os “sacrifícios” não devem, por sua vez, atingir o essencial para o grupo dirigente. São esses “sacrifícios” que darão a lógica do consenso e, por conseguinte, a do compromisso entre os grupos fundamentais da sociedade. A conquista do consenso de outros grupos para suas propostas, segundo Coutinho (2011) dá-se o nome de intersubjetividade, ou seja, quando se

torna “[...] objetivo precisamente aquilo que é universalmente subjetivo”, porém ancorado nas condições materiais necessárias para essa conversão. É por isso que na construção da hegemonia se busca a captura da “subjetividade do antagonista”. Isto é, quando os dominados compartilham um horizonte subjetivo alheio ao seu e/ou são impedidos de construir o seu próprio saber (DIAS, 2012).

Na luta pela nova hegemonia, é preciso escapar dessa captura, atuando os intelectuais e os subalternos para provocar uma crise de direção e construir uma subjetividade política com possibilidade de desenvolvimento das faculdades individuais e coletivas, bem como a socialização do poder. Na luta pela nova hegemonia, é preciso escapar dessa captura, atuar para provocar uma crise de direção e construir uma subjetividade política. Como alternativa para a conquista do poder pelas classes subalternas seria mais necessário conquistar a sociedade civil por meio da construção de uma “hegemonia alternativa”. Para essa função, dever-se-ia partir da crítica do senso comum e do seu núcleo positivo, o bom senso. Além disso, caberia a escola a formação de intelectuais orgânicos em vários níveis, entendidos, segundo Nosella (2004, p.141) como “funcionários’ da sociedade civil e articuladores da direção cultural (hegemonia)”. Para Gramsci, não são somente aqueles intelectuais que exercem uma profissão (literatas, cientistas). Todos são intelectuais orgânicos, desde que possuam uma capacidade técnica específica (por exemplo, o professor primário, o advogado, o padre, o farmacêutico); que seja o elemento pensante e organizador de uma classe social rumo à construção de sua hegemonia. Pensar o Estado, segundo essa teoria, é:

[...] pensá-lo sob uma dupla perspectiva: 1) a das formas mediante as quais as frações de classe se consolidam e organizam para além do âmbito da produção, no seio da Sociedade Civil e 2) a das formas através das quais as agências ou **órgãos públicos** contemplam projetos e/ou atores sociais, emanados dos aparelhos privados de hegemonia, dos quais a Sociedade Civil se faz portadora. (MENDONÇA, 2007, p. 6)

Isso posto, vale inserir as relações concretas e cotidianas que existem entre os sujeitos que compõem a Sociedade Civil e os sujeitos que compõem a Sociedade Política, imersos nas correlações de forças. Desse modo, a compreensão do “Estado como uma Relação Social” se

investe da percepção de que “qualquer modificação na correlação de forças, vigentes na sociedade civil [...] tem, necessariamente, repercussões junto à sociedade política, em geral e aos organismos estatais, em particular” (MENDONÇA, 2007, p. 8). O que leva a pensar que a sociedade civil é também um espaço de luta de hegemonias por uma nova hegemonia, consubstanciada por diferentes ideologias que se encontram e/ou se opõem inter e intra-classe.

Em suma, estabelece-se uma relação dialética de consenso-conflito-consenso. As instituições, entre elas o Estado, são formadas por homens, que, assim como sua própria formação, são imersos em contradições e conflitos. Diante do exposto, os subalternos precisam munir-se de sua consciência de classe para suprimir a opressão exercida pela classe dominante e tornar-se classe dirigente, o que se dará por meio de sua formação humana, política, social e econômica; requisitos que a tornarão uma classe dirigente. Nesse ponto, situa-se, também, a cultura, que, para Gramsci, vai além do aspecto do costume, do hábito e da tradição. Gramsci entende a cultura como forma de intervir na realidade para transformar e superar o individualismo, e uma forma de disciplina do eu interior. Como diz Coutinho, “[...] é um modo de pensar a realidade concreta” (COUTINHO, 2003, p. 29).

É também o espaço de conquista da consciência e da liberdade. Desde a juventude, Gramsci já dizia que a nova hegemonia, para ser bem-sucedida, deve operar em conjunto com a cultura. É nesse momento que se ressalta o papel da escola, como um instrumento cultural, para a construção da formação humana rumo a uma nova hegemonia como um projeto político-cultural de direção da sociedade. Ou seja, a formação humana como uma “[...] função estratégica da política de implementação do projeto de uma classe” (VIEIRA, 1999, p. 51). Com Gramsci, a escola ganha um duplo papel ético-político. Se por um lado, ela pode ser utilizada para manutenção do *status quo*, por outro, ela pode ser empregada para disputar do poder, “[...] criando as condições subjetivas para romper com a hegemonia em vigor e, assim, possibilitar a construção de uma nova civilização” (MARTINS, 2008, p. 297). A escola é, dessa forma, muito mais do que reprodutora do discurso hegemônico. No caso particular, ela está vinculada ao Estado e à sociedade civil, pois “[...] oscila dependendo do grau de mobilização da sociedade civil e do poder do Estado” (LIMA, 2004, p. 21).

Formação humana e Estado ampliado: apontamentos para a construção de um projeto socialista de sociedade e de educação em Gramsci.

A concepção de formação humana no pensamento de Gramsci não pode ser feita adequadamente sem vinculá-la à sua reflexão sobre a escola unitária. No dizer de Gramsci, a escola unitária deveria servir à formação de um novo tipo de intelectual, ao mesmo tempo técnico e político, especialista e dirigente. Estabelece-se, portanto, uma luta entre a velha concepção do mundo (da escola tradicional elitista), fragmentada e acrítica, e a nova concepção do mundo, unitária e dirigente, própria da filosofia. Segundo Soares (2000, p. 435),

[...] a aquisição de capacidades para o exercício de funções dirigentes é justamente o que Gramsci concebe como o aspecto mais positivo da 'escola tradicional'. Esta escola, para ele, não era democrática. Ela formava os filhos das elites que deveriam se tornar dirigentes. Mas o elitismo não estava nos seus métodos de ensino, já que a preparação para 'se orientar e dirigir na vida' não caracteriza uma escola como elitista. O que marca socialmente o caráter elitista é a existência de um tipo de escola diferente para cada grupo social.

Assim, na escola unitária, é preciso desenvolver um trabalho educativo que possibilite "elevar intelectualmente camadas populares cada vez mais vastas dos trabalhadores, isto é, para dar personalidade ao amorfo elemento de massa e que permaneçam em contato com ela para tornarem-se os seus sustentáculos" (GRAMSCI, 1978, p. 27). Contudo, "elevar intelectualmente as massas" não significa que elas sejam desprovidas de conhecimento e de uma "filosofia popular", nem mesmo afirmar uma separação linear entre filosofia e senso comum, como se o filósofo não participasse, como ser inserido na sociedade, dos valores da cultura e da forma de pensar do senso comum presente nas relações sociais.

Realmente, para Gramsci o senso comum é importante, pois fornece orientação no mundo, agregando determinadas concepções de pensar e agir sedimentados na cultura da qual todo ser humano participa em maior ou menor grau. Na verdade, para o pensador italiano, há uma relação dialética entre senso comum e filosofia, de tal forma

que na filosofia há elementos do senso comum e no senso comum há elementos do pensar filosófico, o bom senso, que Gramsci chamou de o núcleo sadio do senso comum. Assim o processo educativo, para Gramsci, necessita de orientação e deve buscar desenvolver uma autodisciplina intelectual e moral nos estudantes de forma que adquiram a necessária autonomia e independência, prosseguindo nos estudos. Portanto, Gramsci combatia, ao mesmo tempo, o espontaneísmo e o autoritarismo. O primeiro, por descuidar do processo formativo e o segundo, por sufocá-lo, com uma forma autoritária e nefasta de disciplina, que, não sendo construída de forma consciente pelo educando, prejudica a sua formação. Essa argumentação nos leva a afirmar a necessidade do desenvolvimento da autodisciplina intelectual e moral das classes trabalhadoras como condição para a formação humana e para uma nova concepção do Estado e da construção de uma nova sociedade, a socialista.

A propósito, é nesse horizonte ético-político que se situa o núcleo fundamental de toda a obra de Gramsci. Desse modo, “[...] da técnica-trabalho, eleva-se à técnica-ciência e à concepção humanista histórica, sem a qual se permanece ‘especialista’ e não se chega a ‘dirigente’” (GRAMSCI, 1982, p. 8). Dessa feita, em *Americanismo e fordismo* (2008), o filósofo italiano, ao analisar o desenvolvimento da indústria, argumenta que ela, ao requerer novos métodos de produção, demanda mudanças nas formas de organização do trabalho e da própria atividade teórico-prática do trabalhador. Mas discorda da concepção cínica de Taylor, para quem o trabalhador não passaria de um gorila domesticado, não sendo necessária a “participação ativa da inteligência, da fantasia, da iniciativa do trabalhador, [reduzindo] as operações produtivas ao aspecto físico maquinal somente” (GRAMSCI, 2008, p. 66-67).

Para Gramsci, o desenvolvimento da indústria como atividade teórico-prática possibilitaria o domínio não só da natureza, como matéria bruta, mas do próprio trabalhador, dos seus instintos, animalidade, vontade e consciência. Portanto, não se trata de adestrar o trabalhador para o processo produtivo como queriam, por exemplo, os industriais americanos, como Ford e Taylor. Nesse contexto, está claro para Gramsci que esses industriais não se preocupam com o desenvolvimento espiritual do trabalhador, mas ao mesmo tempo, é por meio da indústria, da criação produtiva, que “a humanidade e espiritualidade pode realizar-se [...] quando a personalidade do trabalhador se refletia completamente

no objeto criado [trabalho não alienado], quando ainda era forte a ligação entre arte e trabalho” (GRAMSCI, 2008, p. 67).

Em toda atividade humana, qualquer que seja, há um vínculo entre as dimensões física e intelectual, prática e teórica, ação e pensamento, de forma que não é possível, sob pena de desintegração e aniquilamento do ser do trabalhador, separar a atividade manual da intelectual. Por conseguinte, todo trabalho, manual ou não, deve ser compreendido dentro das relações sociais e de determinadas condições. Por exemplo, “em qualquer trabalho físico, mesmo no mais mecânico e degradado, existe um mínimo de qualificação técnica, isto é, um mínimo de atividade intelectual criadora” (GRAMSCI, 1982, p. 7). Nesse contexto é que o filósofo italiano tece crítica contundente à escola quando esta reproduz a separação entre trabalho intelectual e manual engendrada pelas relações sociais capitalistas de produção, e que separa o saber do fazer, a concepção da execução, o trabalho complexo do trabalho simples, o profissional do cidadão.

Como delineado quem defende a separação e desintegração da formação profissional e cidadã contribui para perpetuar a divisão entre os que pensam e dirigem e os que executam e são dirigidos. Tal separação não é natural e sim ideológica, e visa manter a dominação e os interesses particulares da classe que está no poder sobre as demais. Essa dicotomia entre trabalho intelectual e manual, sendo ideológica, desvia a atenção das funções reais, no interior da vida social e produtiva, para os “aspectos técnicos” do trabalho. Essas reflexões, a partir do filósofo italiano, nos leva a questionar o tipo de escola profissional que temos e a defender a necessidade de criação de uma escola única, de cultura geral e profissional, que supere a fragmentação entre as dimensões intelectual e manual do trabalho produzida pela sociedade capitalista. Essa escola busca equilibrar harmoniosamente as dimensões do trabalho manual e do intelectual, do especialista e do dirigente, do *Homo Faber* e do *Homo Sapiens*.

Portanto, deve-se, no entender de Gramsci, evitar a separação entre escola profissional e escola humanista, criando-se, ao contrário, um tipo único de escola que prepare os jovens, formando-os omnilateralmente. O próprio Gramsci nos ajuda a refletir sobre essa questão quando argumenta que a escola unitária, como escola criadora, possibilitaria aos trabalhadores o desenvolvimento da autodisciplina intelectual e da autonomia como expressões de um novo “[...] humanismo de

caráter científico (estudos universitários), seja de caráter imediatamente prático-produtivo (indústria, burocracia, organização das trocas, etc.)” (GRAMSCI, 1982, p. 124). Nesse sentido, Gramsci critica o ensino técnico de caráter pragmático, destinado aos trabalhadores, submetidos ao trabalho assalariado, à submissão e à exploração pelo capital, e o ensino humanista, ofertado à burguesia, classe destinada a comandar, a dominar e a governar a sociedade capitalista, compondo os cargos na administração pública do Estado liberal-burguês italiano.

Assim, o modelo de escola profissional de sua época (não diferente de hoje) cumpria e cumpre a função de eternizar as desigualdades de classes e o trabalho alienante, sob falsos princípios democráticos. Realmente, em sua concepção educacional, Gramsci redimensiona o valor da escola como campo de conscientização do processo social contraditório, de superação de valores e de mudança da história. Nessa ótica, outro aspecto importante de sua obra é a relação entre sua concepção de educação e sua análise da formação e da função dos intelectuais num papel orgânico no seio do bloco histórico. De acordo com Mayo (2004, p. 40),

[...] as pessoas que trabalham pela transformação social, nesse caso – o proletariado procurando transformar o Estado burguês – tinham de se engajar em uma *guerra de posição*, um processo de organização social e influência cultural de amplo alcance. É por meio desse processo que o grupo cria, junto com outros grupos e setores da sociedade, um *bloco histórico*, o termo que Gramsci utiliza para descrever a maneira complexa na qual as classes ou suas frações estão relacionadas.

Assim, a práxis educativa deve contribuir para a formação de trabalhadores que procurem formar um bloco histórico para a conquista da hegemonia (coerção e consenso) na disputa do Estado. Por certo, a práxis educativa de Gramsci é entendida como um conjunto de relações hegemônicas que não podem se limitar à situação escolar. Dentre as funções de uma práxis educativa defendidas por Gramsci, destacam-se:

[...] a função crítica e a função política. A dimensão crítica [...] é crítica em um duplo aspecto, primeiro, como teoria de uma realidade negativa cuja explicação contém sua negação (crítica da sociedade capitalista burguesa) e segundo, como crítica das ideologias que

tendem a conciliar o pensamento com o estado de coisas existentes. [...] (VÁZQUEZ, 2002, p. 174).

Como vimos anteriormente, o pensador sardo critica a divisão fundamental da escola em clássica e profissional. Para ele, tal divisão era um esquema racional que visava perpetuar os valores e os privilégios da burguesia. Desse modo, a proposta educacional de Gramsci deve ser compreendida como parte da luta por um novo projeto de sociedade, a sociedade socialista ou comunista, o que por sua vez representa a possibilidade de autoconstrução de um novo ser humano.

Em outras palavras, a escola não deveria ser imediatamente interessada, oposta àquela aristocrática, considerada, por ele, interessada por servir a uma minoria de privilegiados, por destinação de família. Por isso, para o pensador italiano essa escola aparentemente desinteressada tinha de fato um interesse imediato, que era formar a elite dirigente “[...] que não deveria pensar em se preparar para um futuro profissional, [e a difusão] cada vez mais de escolas profissionais especializadas” (GRAMSCI, 1982, p. 110) destinadas aos filhos das classes trabalhadoras. Com efeito, o adjetivo interessado, atribuído por Gramsci, opõe-se a desinteressado, que comporta um horizonte amplo, de longo alcance, isto é, que interessa objetivamente não apenas a indivíduos ou a pequenos grupos, mas à coletividade e até à humanidade inteira. Desse modo, a expressão “desinteressada” não quer dizer neutro ou indiferente. Pelo contrário, na concepção gramsciana uma escola “desinteressada” significa que ela tem a função de formar *onilateralmente* os seres humanos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final, esperamos ter explorado as implicações do pensamento educacional de Gramsci, Estado ampliado e sua relação com a formação humana. Assim, concluímos que inserida no sistema capitalista, a educação pode contribuir para a formação humana, que busque contrapor as relações sociais capitalistas vigentes e contribua para a construção de uma sociedade socialista. Nesse sentido, um processo educativo deve considerar o ser humano como um ser concreto que, diante das circunstâncias, irrompe como ser livre e capaz de enfrentá-las e até mesmo superá-las em um movimento contínuo de conquista de sua humanidade. Para Gramsci, a natureza humana é uma construção históri-

co-social. Em consequência, a formação humana é “o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens” (SAVIANI, 1997, p.11).

Sabemos que na escola coexistem as classes sociais que se defrontam na sociedade por projetos distintos: o projeto de formação na ótica da classe dominante e o projeto de formação na perspectiva das classes trabalhadoras. O primeiro busca conformar os trabalhadores para servirem ao capital; o segundo, intenta transformar as relações sociais capitalistas e contribuir para um processo de formação humana *omnilateral* das classes subalternas. Por certo, a educação escolar, pode contribuir para a formação de uma subjetividade política não conformada à ideologia consumista, hedonista e individualista que está presente no seio das relações sociais capitalistas. Desse modo, a escola pode contribuir para o nascimento de uma hegemonia alternativa, portadora de um projeto socialista de sociedade e de ser humano.

Desta feita, Gramsci (2004), ao analisar a questão da alienação como constitutiva das relações sociais capitalistas, nos ajuda a refletir sobre o caráter contraditório dessas relações que, ao mesmo tempo, em que dificulta, potencializa o desenvolvimento do ser humano em sua plenitude. Assim, se por um lado, a sociabilidade do capital, por meio da apropriação privada unilateral da riqueza produzida coletivamente, exclui imensa parcela dos trabalhadores do acesso aos bens que são indispensáveis à sua reprodução; por outro, as classes trabalhadoras, por meio de uma hegemonia alternativa, podem organizar-se para conquistar o Estado e enquanto classe dirigente, dispor as relações sociais a serviço de um novo projeto que tenha como horizonte a humanização do ser humano.

Em síntese, somente uma escola dessa natureza unirá trabalho intelectual e manual, teoria e prática, formação profissional e formação geral, o especialista e o político, contribuindo para uma formação humana que prepare as classes subalternas para as funções de dirigir e ser dirigentes, de especialistas e políticos, colocando-as em condições de dispor do Estado a serviço do bem comum. Assim, para Gramsci a educação nessa perspectiva, não ficaria limitada a ser instrumento a serviço da perpetuação e reprodução dos interesses das classes dominantes, ou seja, da burguesia, mas contraditoriamente, pode converter-se em espaço que possibilite um processo formativo de formação humana, que

seja crítico-alternativo as relações sociais capitalistas e contribua para a construção de uma sociedade socialista.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Marcos. **Educação para uma economia do amor**. São Paulo: Ed. Ideias & Letras, 2009.

ALVES, Giovani. **Trabalho e subjetividade**. São Paulo: Campinas, Boitempo, 2011.

ANTUNES, Ricardo (Orgs.). **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2010.

BUTTGIEG, Joseph. Educação e hegemonia. In: COUTINHO, C. N.; TEIXEIRA, A. de P. (Orgs.). **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Xamã. 2003, p. 39-50.

CHESNAIS, F. et al. **Uma nova fase do capitalismo?** São Paulo: Xamã, Cemarx (IFCH- Unicamp), 2003.

COUTINHO, Carlos N. **Gramsci**: um estudo sobre seu pensamento político. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **De Rousseau a Gramsci**: ensaios de teoria política. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

DIAS, Edmundo F. Marx e Gramsci: sua atualidade como educadores. In: MENDONÇA, S. G de L.; SILVA, V. P.; MILLER, S (org.). **Marx, Gramsci e Vigotski**: aproximações. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2012. p. 23-56.

DOURADO, Luiz F. Plano nacional de educação: avaliação e retomada o protagonismo da sociedade civil organizada na luta pela educação. In: FERREIRA, N. S. C. (Org). **Políticas públicas e gestão da educação**: polêmicas, fundamentos e análises. Brasília: Liber Livro. 2011, p. 21-48.

FIGUEIREDO, Eurico de L. Antônio Gramsci. In: BARRETTO, V. de P. **Dicionário de filosofia política**. São Leopoldo: Editora Unisinos. 2010, p. 240-243.

FINELLI, Roberto. Hegemonia e a nova ordem mundial. In: COUTINHO, N. C.; TEIXEIRA, A. de P. (Org.). **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Xamã, 2003.

GRAMSCI, Antônio. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2. ed. 1978.

_____. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 4. ed., 1982.

_____. **Cadernos do cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **Cadernos de cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

_____. **Cartas de cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. v. 2, 2005.

_____. **Americanismo e fordismo**. São Paulo: Hedra, 2008.

HARVEY, David. **Cidades Rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

LIMA, Antônio B. de. Políticas educacionais e o processo de “democratização” da gestão educacional. In: LIMA, A. B. de (Org.). **Estado, políticas educacionais e gestão compartilhada**. São Paulo: Xamã. 2004, p. 17-38.

MAYO, Peter. **Gramsci, Freire e a educação de adultos**: possibilidades para uma ação transformadora. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MARTINS, Marcos F. **Marx, Gramsci e o conhecimento**. Campinas: Autores Associados, 2008.

MENDONÇA, Sônia R. de. Estado e políticas públicas: considerações político-conceituais. **Outros Tempos**, São Luis, v. 1 esp., p. 1-12, 2007.

MÉSZÁROS, Isztan. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

MOCHCOVITCH, Luna G. **Gramsci e a escola**. São Paulo: Ática, 2001.

NOSELLA, Paolo. **A escola de Gramsci**. 3. ed. Ver. São Paulo: Cortês, 2004.

NEVES, Maria Lúcia Wanderley (Org.). **A nova pedagogia da hegemonia**: estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã, 2005.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica**: primeiras aproximações. Campinas, SP: Autores Associados, 1997.

SCHLESENER, Anita H. **A escola de Leonardo**: política e educação nos escritos de Gramsci. Brasília: Liber Livro, 2009.

SEMERARO, Giovanni. Anotações para uma teoria do conhecimento em Gramsci. **Revista Brasileira de Educação**, n. 16, p. 95-104, jan./abr, 2001.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Fundamentos ético-políticos da educação no Brasil de hoje. In: LIMA, Júlio César Franca & NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Orgs.). **Fundamentos da educação escolar do Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/EPSPJV, 2006.

SIMIONATTO, Ivete. **O social e o político no pensamento de Gramsci**. 1997. Disponível em: <<http://www.acessa.com/gramsci/?page=visualizar&id=294>>. Acesso em 06 set. 2014.

SOARES, Rosemary Dore. **A concepção gramsciana sobre o Estado e o debate sobre a escola**. Rio Grande do Sul. Editora Unijuí, 2000.

VÁZQUES, Adolfo Sánches. **Filosofia e circunstância**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

VIEIRA, Carlos Eduardo. Cultura e Formação Humana no Pensamento de Antônio Gramsci. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 25, n. 1, 1999.

Recebido em: junho/ 2018

Aprovado em: agosto/2018